

CAPÍTULO 21

IMPACTO DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NAS MULHERES EM IDADE FÉRTIL: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Maria Isabel Oliveira Rodrigues
Jade Maria Albuquerque de Oliveira
Raissa Mont’Alverne Barreto
Sâmia Vasconcelos Marques Leite
Francisco Douglas Canafistula de Souza
Tiara Bruna Teixeira Teodósio
Lidiane Monte Lima Muniz
Maria Julia Alexandrino Oliveira

RESUMO

O presente estudo objetiva descrever o impacto do planejamento reprodutivo nas mulheres em idade fértil. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo revisão integrativa, realizada entre os meses de julho a dezembro de 2019. Para seleção dos artigos utilizou-se a base de dados Scielo e realizou-se busca através dos descritores Planejamento Familiar, Métodos Contraceptivos, Planejamento Reprodutivo e do cruzamento por operadores booleanos: “Planejamento Familiar AND Saúde da Mulher”, “Planejamento Familiar AND APS”, “Saúde da Mulher AND APS”. Ao todo foram encontrados 150 artigos e, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 5 artigos foram selecionados para análise de conteúdo, sendo selecionados apenas os artigos publicados em periódicos nacionais no período de 2015 a 2019, que estiverem indexados em um dos bancos de dados descritos. Os trabalhos ainda deverão estar escritos em língua portuguesa e abordar a temática da Saúde da Mulher e Planejamento familiar. Conforme leitura e análise dos artigos selecionados para composição do presente estudo, notou-se que alguns pontos merecem destaque, sendo eles explanados e discutidos a partir dos títulos de cada artigo analisado. Falar sobre planejamento reprodutivo atualmente ainda se mostra um grande desafio, pois é um assunto complexo e que necessita de total dedicação voltada à pesquisa e muita leitura. A partir do estudo pode-se analisar as questões envolvidas na promoção do planejamento reprodutivo, abordando a importância de ações efetivas neste processo, bem como as implicações nele envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento familiar. Atenção primária à saúde. Saúde da mulher.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a mulher desempenha diversos papéis no seu dia a dia e se dedica integralmente a cada um deles. Em vista da sobrecarga de tarefas, tal público acaba tirando sua saúde da lista de prioridades, buscando atendimento apenas como última escolha, quando se torna algo mais sério e incômodo. Assim, o cuidado à saúde da mulher deve ser integral e marcado por práticas de atenção que garantam o acesso a ações resolutivas a partir do contexto em que suas necessidades são geradas, ou seja, dando-lhe acolhimento com escuta qualificada, independente da sua idade, valorizando-se suas relações de gênero, raça/cor e classe no processo saúde e doença desse público (COELHO *et al.*, 2009).

Nesse ínterim, vale ressaltar a abordagem da educação sexual a princípio no ambiente familiar, tanto no que se refere a questões preventivas das Infecções Sexualmente

Transmissíveis (ISTs), como no planejamento familiar reprodutivo. Sendo que, têm crescido nos últimos dez anos o número de casos de Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) entre jovens de 15 a 24 anos, com a população masculina a mais afetada, ao passo que a feminina evidencia tendência a queda em algumas faixas etárias (BRASIL, 2018).

Em resposta a esse processo, e como meio de prevenção e promoção à saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza oito métodos contraceptivos gratuitos, além dos métodos definitivos como laqueadura e vasectomia. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) mostram que dentre os métodos contraceptivos mais utilizados pelas jovens de 15 a 19 anos estão o preservativo (33%), a pílula (27%) e os injetáveis (5%) (BRASIL, 2006).

Moretti *et al.* (2012) retratam em seu estudo um fato preocupante da atualidade é que as pessoas têm buscado cada vez mais informações sobre saúde nas plataformas digitais, ou seja, buscam resolução dos seus problemas de saúde a partir da descrição dos seus sintomas que os levam a um diagnóstico superficial e a partir daí a um autotratamento. Sendo que, curiosamente a população feminina é a que mais procura os serviços de saúde, porém essa procura se restringe a casos agudos e emergenciais como atraso da menstruação, corrimento de odor ou aspecto incomum e esquecimento ou mau uso de algum método contraceptivo, quase nunca para fins informativos e preventivos.

Assim, como forma de melhorar esse processo de cuidados para a mulher, cita-se o planejamento familiar que é definido no art. 2º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Tal artigo dispõe que o planejamento familiar é um conjunto de ações de regulação da fecundidade que possui direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (BRASIL, 1996).

Tendo em vista que o planejamento familiar pode ser realizado tanto por homens como por mulheres, jovens e adultos, independente de terem parceiros ou de desejarem constituir família, em qualquer momento da sua vida, compreende-se que o termo planejamento reprodutivo seja o mais adequado e não deve ser associado ao controle da natalidade, visto que um implica imposições do governo sobre a vida reprodutiva de homens e mulheres e o outro baseia-se no respeito aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos (BRASIL, 2010).

Deve-se ressaltar que as ações de planejamento reprodutivo (PR) têm como enfoque não só a prevenção de uma gravidez não planejada, mas também e principalmente a promoção e manutenção da saúde da pessoa ou casal que manifestamente deseje ter esse controle. Por isso

torna-se imprescindível que haja sempre e quantas vezes se fizer necessário o aconselhamento por parte dos profissionais de saúde, bem como a realização de atividades educativas com o objetivo de oferecer os conhecimentos necessários para uma escolha livre e informada (BRASIL, 2010).

Em vista da importância do planejamento familiar reprodutivo para a saúde da mulher, o presente escrito possui o objetivo descrever o impacto do planejamento reprodutivo nas mulheres em idade fértil no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura do tipo revisão integrativa. Esse tipo de estudo caracteriza-se com aspecto abrangente, proporcionando a inserção de estudos de variadas metodologias. Dessa forma, a revisão integrativa se realiza a partir de seis fases cruciais: Elaboração da pergunta norteadora; Amostragem com critérios de inclusão e exclusão; Coleta de dados; Análise e classificação dos estudos incluídos; Discussão dos resultados e Apresentação dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Segundo o proposto, o estudo teve início em julho de 2019 e a coleta e análise dos dados foram realizadas durante os meses de agosto a dezembro de 2019 a partir dos estudos publicados na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para o levantamento dos artigos, foram utilizados os seguintes Descritores de Ciências da Saúde (DECs): Planejamento familiar, Atenção primária à saúde e Saúde da mulher.

A partir da pergunta norteadora da revisão integrativa foram adotados alguns critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos artigos. Foram selecionados apenas os artigos publicados em periódicos nacionais realizados entre o período de 2015 a 2019, que estão indexados no banco de dados Scielo. Os trabalhos ainda deveriam estar escritos em língua portuguesa e abordarem a temática da Saúde da Mulher e Planejamento familiar.

Foram excluídos os demais trabalhos de teses e dissertações, bem como os artigos sem possibilidade de acesso gratuito, escritos em outras línguas e que estavam disponíveis apenas no formato de resumo simples e também aqueles repetidos e que envolvam período gravídico e puerperal.

Os processos investigativos estiveram orientados sobre os objetivos da pesquisa no qual o uso das informações coletadas esteve direcionado apenas para fins de caráter científico. Para seleção dos artigos utilizou-se a base de dados Scielo e realizou-se busca através de descritores e palavras-chave: Planejamento Familiar (99), Métodos Contraceptivos (7), Planejamento

Reprodutivo (1) e do cruzamento por operadores booleanos: “Planejamento Familiar AND Saúde da Mulher” (17), “Planejamento Familiar AND Atenção Primária à Saúde” (3), “Saúde da Mulher AND Atenção Primária à Saúde” (24).

A partir dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 5 artigos foram selecionados para análise de conteúdo, sendo a falta de mais literaturas uma limitação para realização mais aprofundada do estudo. Tendo como objetivo assegurar aspectos éticos, tais como o respeito à pessoa, a beneficência e a justiça, toda a pesquisa teve como base a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS

A partir da busca realizada, formou-se quadros para extrair as principais informações dos escritos, conforme descrito no (Quadro 1; Quadro 2; Quadro 3).

Quadro 1: Caracterização dos artigos organizados por título, autores, ano de publicação e revista. Sobral (CE), Brasil, 2019.

TÍTULO	AUTORES	ANO	REVISTA
Fatores Associados ao Uso Contraindicado de Contraceptivos Orais no Brasil	CORRÊA, D. A. S.; FELISBINO-MENDES, M. S.; MENDES, M. S.; MALTA, D. C.; VELASQUEZ-MELENDZ, G.	2017	Revista de Saúde Pública
Planejamento Reprodutivo na Clínica da Família de um Teias: Condições Facilitadoras e Limites à Assistência	LUIZ, M. S.; NAKANO, A. R.; BONAN, C.	2015	Saúde Debate
Direitos Sexuais e Reprodutivos: Influências dos Materiais Educativos Impressos no Processo de Educação em Sexualidade	SOUZA, L. M.; MORAIS, R. L. G. L.; OLIVEIRA, J. S.	2015	Saúde Debate
Barreiras Organizacionais para Disponibilização e Inserção do Dispositivo Intrauterino nos Serviços de Atenção Básica à Saúde	GONZAGA, V. A. S.; BORGES, A. L. V.; SANTOS, O. A.; ROSA, P. L. F. S.; GONÇALVES, R. F. S.	2017	Revista da Escola de Enfermagem da USP
Satisfação com o Uso de Métodos Contraceptivos entre Usuárias de Unidades Básicas da Cidade de São Paulo	BORGES, A. L. V.; SANTOS, O. A.; ARAÚJO, K. S.; GONÇALVES, R. F. S.; ROSA, P. L. F. S.; NASCIMENTO, N. C.	2017	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil

Fonte: Autoria própria (2019).

O período de publicação dos artigos foi de 2015 a 2017 onde predominaram-se produções no ano de 2015. Não foram encontrados artigos que contemplassem as necessidades do estudo nos anos 2016, 2018 e 2019. Publicados em língua portuguesa, os artigos tiveram procedência dos estados de Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (2), São Paulo(1) e Pernambuco

(1). As revistas das publicações foram a Revista de Saúde Pública (1), Saúde Debate (2), Revista da Escola de Enfermagem da USP (1) e a Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil (1).

Assim, o quadro 2 sistematiza os 5 estudos conforme título, objetivos, métodos e população-alvo.

Quadro 2: Caracterização dos artigos organizados por título, objetivos, métodos e população-alvo. Sobral (CE), Brasil, 2019.

TÍTULO	OBJETIVOS	MÉTODOS	POPULAÇÃO-ALVO
Fatores Associados ao Uso Contraindicado de Contraceptivos Orais no Brasil	Estimar a prevalência de contraindicação ao uso de anticoncepcionais orais e fatores associados em mulheres brasileiras.	Tipo de estudo: estudo probabilístico do tipo quantitativo. Coleta de dados: Questionário respondido por mulheres que participaram do sistema de Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) em 2008	Mulheres em idade reprodutiva (20.454).
Planejamento Reprodutivo na Clínica da Família de um Teias: Condições Facilitadoras e Limites à Assistência	Analisar a assistência ao planejamento reprodutivo em uma clínica da família de um Teias, tendo como referência teórico-analítica os princípios diretivos da Atenção Básica – continuidade, coordenação, e integração de cuidados – e o atributo da assistência de promoção da autonomia dos usuários nas decisões referentes à vida reprodutiva.	Tipo de estudo: estudo de caso com abordagem qualitativa. Coleta de dados: métodos observacionais e análise de relatos orais de entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado.	Profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde) e usuários do serviço (homens e mulheres com idade de 14 a 49 anos)
Direitos Sexuais e Reprodutivos: Influências dos Materiais Educativos Impressos (MEI) no Processo de Educação em Sexualidade	Analisar a influência dos materiais educativos impressos na aprendizagem e promoção da saúde sexual e reprodutiva.	Tipo de estudo: pesquisa qualitativa. Coleta de dados: entrevista semiestruturada com 06 enfermeiros(as) e 12 usuárias do planejamento reprodutivo, além da observação sistemática.	Enfermeiros(as) e usuárias do serviço de planejamento reprodutivo.
Barreiras Organizacionais para Disponibilização e Inserção do Dispositivo Intrauterino nos Serviços de Atenção Básica à Saúde (ABS)	Identificar barreiras organizacionais para disponibilização do DIU nos serviços de Atenção Básica à Saúde na perspectiva dos coordenadores da área de saúde da mulher.	Tipo de estudo: estudo quantitativo, transversal e descritivo. Coleta de dados: questionário semi estruturado, auto preenchível, desenvolvido pela própria pesquisadora no aplicativo Google forms.	Coordenadores da área técnica de saúde da mulher de cada município do Sul de Minas Gerais.
Satisfação com o Uso de Métodos Contraceptivos entre Usuárias de Unidades Básicas da Cidade de São Paulo	Descrever a proporção de mulheres que relataram estar satisfeitas com o método contraceptivo que usam e quais as características individuais associadas à satisfação com o método em uso entre usuárias de unidades básicas de saúde da cidade de São Paulo.	Tipo de estudo: estudo quantitativo do tipo transversal. Coleta de dados: realizada por meio de entrevista face a face através de instrumento estruturado com uso da plataforma CSPro em <i>tablets</i> por pesquisadoras graduadas na área de saúde (enfermeiras, psicólogas e obstetrias) que não eram trabalhadoras na UBS.	Mulheres (668) com idade entre 18 e 49 anos, usuárias de 38 unidades básicas de saúde da cidade de São Paulo/SP.

Fonte: Autoria própria (2019).

Os artigos selecionados têm como ideia principal a temática saúde da mulher, suas vulnerabilidades, as estratégias de atenção voltadas ao processo do planejamento reprodutivo, bem como suas consequências, dificuldades e limitações.

O quadro mostra que os estudos selecionados trazem como objetivos: estimar a prevalência de contraindicação dos Anticoncepcionais Orais (ACO) utilizados pelas mulheres brasileiras e os fatores associados a isto; analisar a assistência ao planejamento reprodutivo em uma clínica da família e a assistência à promoção da autonomia dos usuários na tomada de decisões relacionadas à vida reprodutiva; analisar a influência dos materiais educativos impressos na promoção da saúde sexual e reprodutiva; identificar as barreiras organizacionais para disponibilização do Dispositivo Intrauterino (DIU) nas redes de Atenção Básica; descrever a proporção de mulheres satisfeitas com o contraceptivo em uso e as características relacionadas à satisfação com o método entre usuárias de unidades básicas de saúde da cidade de São Paulo.

No que se refere aos aspectos metodológicos, dois dos artigos selecionados são de natureza qualitativa e três de natureza quantitativa. Quanto à coleta de dados, os autores utilizaram questionários, análises de relatos orais de entrevistas individuais com roteiros semiestruturados, entrevista face a face com instrumento estruturado e observação sistemática.

Compondo a população-alvo do estudo haviam mulheres em idade fértil, profissionais e usuários dos serviços de atenção à saúde e coordenadores da área técnica de saúde da mulher. O quadro 03 distribui os artigos de acordo com seus resultados e conclusões. Desse modo, analisou-se a similaridade entre os artigos escritos com relação à temática estudada.

Quadro 3: Distribuição dos artigos organizados por título, resultados e conclusões. Sobral (CE), Brasil, 2019.

TÍTULO	RESULTADOS	CONCLUSÕES
Fatores Associados ao Uso Contraindicado de Contraceptivos Orais no Brasil	Na população total, 21% das mulheres apresentam ao menos uma potencial contraindicação ao uso de anticoncepcionais orais, sendo 11,7% usuárias de ACO e 23,5% não usuárias. A contra indicação mais frequente entre as usuárias foi a hipertensão (9,1%). 45,8% das mulheres tinham pelo menos uma contraindicação e estavam na faixa dos 45 aos 49 anos. Observou-se também maior prevalência de contraindicações em mulheres com escolaridade entre zero e oito anos (23,8%).	Mulheres com idade maior que 35 anos e com baixo nível de escolaridade foram fatores demográficos e de iniquidade, respectivamente, no uso contraindicado de ACO.
Planejamento Reprodutivo na Clínica da Família de um Teias: Condições Facilitadoras e Limites à Assistência	A assistência ao planejamento reprodutivo (PR) na clínica inclui atividades educativas, que são divulgadas por meio de banner nos corredores da unidade, e consultas clínicas. A participação dos usuários é por livre demanda e as reuniões são mediadas pela equipe de enfermagem que utilizam recurso audiovisual e material educativo. Não há abordagem dos profissionais sobre métodos contraceptivos nas consultas gerais e também não está há na unidade a oferta de contraceptivos de emergência. O PR é compreendido na unidade como uma ação voltada ao público feminino e favorece apenas uma parte das usuárias do serviço: mulheres com filhos e companheiros. Os adolescentes não vêm a unidade como fonte de cuidados à saúde e os homens a frequentam pouco.	A assistência ao PR praticada na unidade volta-se prioritariamente ao público feminino, dando a ideia de responsabilidade da mulher pela reprodução, negligenciando adolescentes, homens, mulheres que não iniciaram trajetória reprodutiva e mulheres no climatério. No período pesquisado, o contraceptivo de emergência estava disponível na unidade, porém nem todos os profissionais estavam cientes disto, não havendo uma atenção especializada no que se refere à contracepção de emergência.

<p>Direitos Sexuais e Reprodutivos: Influências dos Materiais Educativos Impressos no Processo de Educação em Sexualidade</p>	<p>A partir de entrevistas e observações, os resultados foram sistematizados em cinco categorias. 1) conhecimentos prévios: foram observados dados positivos no processo de trabalho dos enfermeiros, pois possuíam conhecimentos suficientes para a boa e efetiva realização das atividades educativas na área; 2) disponibilidade de material educativo impresso (MEI) em saúde sexual e reprodutiva: quatro enfermeiros(as) afirmaram disponibilizar em suas unidades em diversos tipos, como banners, folders, cartilhas e álbuns seriados, entretanto, em algumas unidades houve dificuldade na obtenção de exemplares no momento da pesquisa, o que permite inferir que a utilização desse material pelos profissionais é pouca ou nenhuma. Em duas unidades foram observadas insegurança dos profissionais no que se refere à disponibilidade de materiais, o que reflete descaso com essas ferramentas educativas; 3) metodologias e estratégias de entrega do MEI: quando questionados, cinco enfermeiros(as) referiram fazer entrega do material em atividades educativas, mas também disponibilizam durante consultas e através de exposição de cartazes, porém a veracidade destes últimos métodos não foi confirmada durante as observações na USF; 4) linguagem, abordagem comunicativa, ilustrações e conteúdos: quarto profissionais consideram os MEI ferramentas com linguagem, abordagem e conteúdos “bons” e “excelentes”, ao menos um considera a atuação do enfermeiro essencial no processo de atividade educative, dois consideram os MEI “muito básicos” e inadequados para a demanda da comunidade; 5) importância do MEI para a aprendizagem significativa e a promoção da saúde dos(as) usuários(as): todos os profissionais consideram a importância dos MEI como ferramentas facilitadoras do processo de aprendizagem e promoção da saúde. Também entende-se que auxiliam no processo de comunicação dos usuários, facilitando uma abordagem comunicativa horizontal, essencial para o empoderamento e autonomia do usuário.</p>	<p>Destaca-se a disponibilidade e utilização dos MEI nas unidades pesquisadas, tendo em vista a incoerência entre o que foi relatado pelos profissionais e o que foi observado em suas práticas. Notou-se desconhecimento em relação aos materiais disponíveis por alguns e, no geral, as metodologias de distribuição dos materiais não foram evidenciadas, apontando para uma necessidade de ressignificar o planejamento reprodutivo a fim de que atende os propósitos que vão além da anticoncepção. Observou-se também que no que diz respeito à efetividade de aprendizagem, isoladamente, os MEI pouco contribuem, sendo, portanto, necessária a participação ativa dos profissionais de saúde para realização de abordagem comunicativa horizontal que respeitem as especificidades do público-alvo facilitando o processo de aprendizagem destes.</p>
<p>Barreiras Organizacionais para Disponibilização e Inserção do Dispositivo Intrauterino nos Serviços de Atenção Básica à Saúde</p>	<p>79 trabalhadores da área técnica de Saúde da Mulher participaram do estudo. Dentre os municípios, 15,2% não disponibilizam o DIU e 8,3% não referem a mulher para outros serviços. 53,7% não disponibilizam nas UBSs. Dentre os municípios que disponibilizam, 68,7% não possuem protocolo específico para disponibilização, 80% adotam condições desnecessárias, como infecção vaginal. Como critério para acesso ao método, 86,5% referem prescrição médica, 71,6% realização de exames, 44,6% idade acima de 18 anos e 24,4% participação em grupos. Dos critérios citados, nenhum possui base em evidências científicas para adoção. Quanto à inserção do DIU, apresentou-se uma tarefa exclusiva do médico.</p>	<p>O estudo forneceu uma visão geral do acesso ao método, caracterizadas em barreiras organizacionais relativas à: ausência ou não utilização de protocolos para disponibilização e inserção do DIU; a não disponibilização do método ou o excesso de critério, por vezes desnecessários; e a limitação da atuação do enfermeiro na inserção do DIU. Tais barreiras dificultam o acesso ao método em questão.</p>
<p>Satisfação com o Uso de Métodos Contraceptivos entre Usuárias de Unidades Básicas da Cidade de São Paulo</p>	<p>A maior parte das mulheres mostrou-se satisfeita com o método em uso (78,7%). A maior satisfação está relacionada ao método DIU (94,7%), seguido da laqueadura (93,5%) e vasectomia (91,7%). A menor satisfação foi entre usuárias do método coito interrompido (52,9%). O tipo de método escolhido foi o único aspecto associado à satisfação. Mulheres usuárias de métodos de barreira ou tradicionais tiveram menos índices de satisfação com o método utilizado quando comparadas às mulheres usuárias de métodos irreversíveis.</p>	<p>Percebeu-se que usuárias de métodos contraceptivos irreversíveis ou de longa duração relataram maior satisfação, ressaltando a necessidade e importância de que tais métodos estejam disponíveis nas UBSs e que o acesso a eles seja facilitado a quem desejar fazer uso.</p>

Fonte: Autoria própria (2019).

4. DISCUSSÃO

A partir da leitura dos manuscritos, observou-se que Corrêa *et al.* 2017 citam que, quando utilizados de forma correta e contínua, os anticoncepcionais orais (ACO) promovem às usuárias do método um controle efetivo de sua fecundidade. Tal ponto remete à importância do planejamento reprodutivo de maneira correta, ou seja, por meio de consultas com profissionais qualificados onde se façam abordagens claras e objetivas em que o usuário do serviço possa compreender a complexidade que envolve todo o processo do planejamento reprodutivo, desde a escolha do método que melhor lhe agrada aos efeitos que estes podem acarretar.

Outro ponto importante refere-se à facilidade que toda mulher tem de adquirir o medicamento nas farmácias sem a obrigatoriedade de prescrição médica. Tal fato traz reflexão sobre os perigos que esta prática oferece, pois, segundo critérios de elegibilidade para métodos contraceptivos do Ministério da Saúde, a escolha do método que melhor se adequa à vida sexual e reprodutiva da usuária deve levar em consideração seu histórico clínico e familiar, especialmente obesidade e hipertensão, pois aumentam os riscos de tromboembolismo venoso e infarto, respectivamente (BRASIL, 2010).

Gonzaga *et al.* (2017) demonstraram que 10,5% das usuárias de ACO possuem uma contraindicação e 1,2% possuem duas contraindicações, sendo a mais prevalente a HAS (15,1%). Para Corrêa *et al.* (2017), mesmo que o ACO seja seguro como medida de controle da fecundidade, o uso dele na presença de alguma contraindicação reflete problemas na qualidade das ações referentes ao planejamento reprodutivo e falhas na integralidade do cuidado. Assim, leva-se a pensar sobre o que representam as consultas de planejamento reprodutivo, se estas têm o objetivo apenas de oferecer um leque de opções sobre os métodos disponíveis nas unidades ou se de fato há oferta de cuidado, explicação dos pontos positivos e negativos que cada método oferece, respeitando o direito de livre escolha do usuário.

Logo, vale ressaltar que a assistência ao planejamento reprodutivo na atenção básica consiste em ações de promoção, prevenção, informação e educação em saúde. Diz ainda que é responsabilidade do serviço de saúde a continuidade e longitudinalidade do cuidado, entretanto, este aspecto não pode ser evidenciado durante o estudo, pois, segundo o próprio autor, os médicos da unidade valorizam pouco o caráter informativo e educativo dos grupos de planejamento reprodutivo e que estes não estão envolvidos com a atividade (LUIZ *et al.*, 2015).

É sabido a importância que os profissionais de saúde, especialmente o enfermeiro e o médico, têm no processo do planejamento familiar, visto que estes são quem possuem maior

vínculo com a população. Portanto, é necessário que médicos e enfermeiros saibam da importância do planejamento reprodutivo e se insiram efetivamente nele, pois cabe a eles o papel de fornecer informação de qualidade aos usuários para que estes tenham subsídios necessários para julgar o método que melhor se adequa às suas necessidades.

Outro ponto levantado no estudo é que o grupo de planejamento reprodutivo é visto pelos usuários como próprio para mulheres que não desejam mais ter filhos e que os profissionais identificam essa assistência como uma ação voltada ao público feminino (LUIZ *et al.*, 2015). É importante que nas consultas de maneira geral seja abordado o conceito do planejamento reprodutivo, mostrando que esta é uma ação que necessita da participação não só de mulheres (independente de terem filhos ou não), mas também de seus companheiros (quando tiverem), e de adolescentes e jovens, mesmo que estes não tenham iniciado vida reprodutiva.

Segundo o Ministério da Saúde, o enfoque educativo é um dos elementos fundamentais na qualidade da atenção prestada em saúde sexual e reprodutiva, e recomenda que as práticas educativas sejam feitas com metodologias participativas e abordagem pedagógica centrada no sujeito (BRASIL, 2010).

Luiz *et al.* (2015), destacam que os profissionais mostraram ter conhecimentos suficientes para efetiva realização das atividades de educação em saúde, entretanto, entre as usuárias do serviço de planejamento reprodutivo notou-se carência de participação nos grupos e também de conhecimento sobre o assunto, ressaltando a importância da comunicação eficaz entre profissionais e usuários.

É sabido que o uso de métodos contraceptivos tanto para a mulher quanto para o homem são benéficos, mas para a mulher estas medidas se tornam ainda mais relevantes uma vez que o método em uso protege não só contra ISTs, mas também contra gravidez não planejada. Para isto, são disponibilizados diversos tipos de métodos contraceptivos pelo SUS, inclusive os reversíveis de longa duração, como o DIU de cobre. Porém, no Brasil, seu uso é pouco frequente, como mostra a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, concluindo que tal fato pode estar associado à questões de acesso ao método (BRASIL, 2009).

Ainda com relação aos métodos contraceptivos e seus efeitos na vida das mulheres, uma questão que se torna importante abordar é a que diz respeito à satisfação das usuárias com o método. Especialmente em unidades básicas de saúde, onde deve ser a porta de entrada para abordagem qualificada e efetividade do planejamento reprodutivo, investigar sobre os efeitos positivos e negativos que a escolha do método trouxe às mulheres e quais características estão

associadas ao seu grau de satisfação mostram o compromisso que a unidade deve ter com a integralidade do cuidado à saúde de sua comunidade (BORGES *et al.*, 2017).

A partir do discutido, percebe-se que o planejamento familiar reprodutivo associado a saúde integral da mulher, possui várias nuances quanto a forma de realizar e até mesmo empecilhos. Destaca-se tais aspectos, na falta de preparo profissional, a falta de aderência do público ao serviço e o não uso das estratégias de prevenção e promoção da saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre planejamento reprodutivo atualmente ainda se mostra um grande desafio, pois é um assunto complexo e que necessita de total dedicação voltada à pesquisa e muita leitura. Nesse ínterim, por meio do estudo pode-se analisar as questões envolvidas na promoção do planejamento reprodutivo, abordando a importância de ações efetivas neste processo, bem como as implicações nele envolvidas.

Como limitações do presente estudo, destaca-se a falta de mais artigos que contemplem a temática do planejamento reprodutivo em mulheres em idade fértil e sugere-se que sejam realizados mais estudos que incluam neste processo adolescentes, jovens e homens, visto que a grande maioria dos estudos são voltados apenas à mulheres.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. L. V. *et al.* Satisfaction with the use of contraceptive methods among women from primary health care services in the city of São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 17, n. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., 2017 17(4), out. 2017. <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/jWvcKjjwSH7MHKYTGmKvcZb/?lang=pt#>>. Acesso em: 05/03/19.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.263, De 12 De Janeiro De 1996.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm>. Acessado em: 05/03/19.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer. **Câncer do Colo do Útero.**Rio de Janeiro; INCA,2018.Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>>. Acesso em: 05/03/19.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006** : dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:<http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf>. Acesso em: 07/01/2020.

BRASIL. UNAIDS. **Página institucional.** Disponível em: <<https://unaid.org.br/2018/12/unaid-lanca-site-deu-positivo-e-agora-com-informacoes-essenciais-para-jovens-recem-diagnosticados-com-hiv/>>. Acessado em: 04/03/19.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Reprodutiva.** 1ª edição. Brasília, 2010. Acessado em: 04/03/19.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/atividade_sexual.php>. Acessado em: 05/03/19.

COELHO, E. A. C. *et al.* **Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional.** Esc Ana Nery vol.13 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2009; Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000100021&lang=pt>. Acessado em: 19/08/19

CORRÊA, D. A. S. *et al.* **Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil.** Rev. Saúde Pública 2017; 51:1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102017000100201&lang=pt>. Acessado em: 02/10/2019.

GONZAGA, V. A. S. *et al.* **Barreiras organizacionais para disponibilização e inserção do dispositivo intrauterino nos serviços de atenção básica à saúde.** Rev. Esc. Enferm. USP – 2017;51:e03270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100465&lang=pt>. Acessado em: 02/10/2019.

LUIZ, M. S.; NAKANO, A. R.; BONAN, C. **Planejamento reprodutivo na clínica da família de um Teias: condições facilitadoras e limites à assistência.** Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 39, N. 106, P. 671-682, JUL-SET 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000300671&lang=pt>. Acessado em 02/10/2019.

MORETTI, F. A.; OLIVEIRA, V. E.; SILVA, E. M. K. **Acesso informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública?** Ver. Assoc. Med. Bras. 2012; Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v58n6/v58n6a08.pdf>>. Acessado em: 04/03/19.

SOUZA, L. M.; MORAIS, R. L. G. L.; OLIVEIRA, J. S. **Direitos sexuais e reprodutivos: influências dos materiais educativos impressos no processo de educação em sexualidade.** Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 39, N. 106, P. 683-693, JUL-SET 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000300683&lang=pt>. Acessado em: 02/10/2019.